

O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM CENA: análise de enquadramentos jornalísticos em textos opinativos do Estadão

THE BRAZILIAN AGRIBUSINESS ON THE SCENE: analysis of news frame in opinion texts of the Estadão

EL AGRONEGOCIO BRASILEÑO EN ESCENA: análisis de encuadres periodísticos en textos de opinión de Estadão

Rafael Paes Henrique

Doutor em Filosofia pela UFRJ, mestre em Ciências da Comunicação pela Uminho e graduado em Jornalismo e em Filosofia pela UFES. Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa em Comunicação e Territorialidades da UFES. rafael.henriques@ufes.br



0000-0002-1812-5886

Síntia Ott

Graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela UFES. sintiamaraott@gmail.com

Correspondência: Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, 2º andar do prédio administrativo do Centro de Artes. CEP 29075-910 - Vitória-ES.

Recebido em: 01/04/2024

Aceito em: 01/09/2024

Publicado em: 30/11/2024

RESUMO:

Este artigo analisa os enquadramentos jornalísticos de 31 textos opinativos autorais do Estadão sobre o agronegócio brasileiro, publicados entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020. A metodologia usada foram as quatro funções de enquadramento de Entman (1993) e os segmentos dos enquadramentos, segundo a classificação de Porto (2004), complementada pela análise das fontes e produtos agropecuários citados. Partiu-se das hipóteses de que, no corpus, o Estadão deu saliência e ênfase a enquadramentos que favorecem a imagem e os interesses do agronegócio; e que o setor não foi caracterizado como um problema no âmbito das funções de enquadramento, mas sim como uma solução. A primeira hipótese foi confirmada com ressalvas, e a segunda com totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio; Enquadramento; Jornalismo Opinativo; Estadão.

Introdução

O agronegócio no Brasil, compreendendo sua complexa estrutura e a heterogeneidade de entidades que representam o grupo, encontra nos meios de comunicação espaços para manifestar ideias e agenciar discussões. Mas, afinal, o que é esse setor e o que ele representa? Uma premissa para entender o agronegócio brasileiro é resgatar a origem do conceito de agronegócio, pois o uso do termo no Brasil sintetiza e fornece os quadros primários que simbolicamente referenciam o fenômeno com base no contexto em que foi forjado, ou seja, nos Estados Unidos. Portanto, nossa atenção se voltará a um trabalho publicado em 1957, por John Davis e Ray Goldberg, intitulado “Um conceito de agronegócio” (A concept of agribusiness).

A formulação de um conceito que unisse as entidades agricultura e negócio, diante da modernização e industrialização que se observava na cadeia produtiva agropecuária estadunidense, constituiu um dos objetivos do estudo. Para relacionar as duas práticas, Davis e Goldberg sugerem o termo agribusiness, traduzido para agronegócio no Brasil. Conforme os autores,

[...] **agribusiness** significa a soma total de todas as operações envolvidas na fabricação e distribuição de insumos agrícolas; operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição de **commodities** agrícolas e itens feitos a partir deles (Davis & Goldberg, 1957, p. 2, grifos nossos).¹

No Brasil, o conceito de agronegócio ganhou notoriedade a partir do livro Complexo agroindustrial: o “agribusiness brasileiro”, publicado em 1990 pela Agroceres, uma empresa de genética vegetal e animal. A obra se baseou na característica totalizadora do termo agribusiness, pioneiramente desenvolvido por Davis e Goldberg. Ao ser apropriado no contexto brasileiro, o conceito preservou sua característica globalizante ao defender uma visão não compartmentada do agronegócio no país (Pompeia, 2020).

O problema de enxergar o agronegócio como um setor amplo e coeso reside na falta de correspondência entre a representação totalizadora associada ao setor e a distribuição de poder econômico e político entre os agentes que compõem o agronegócio brasileiro. Para evidenciar as diferenças entre o conceito e o jogo de poderes que se observa na realidade, o antropólogo social Caio Pompeia (2018) formula a noção de **concertação política do agronegócio**, desenvolvida em sua tese Formação Política do Agronegócio. O autor explica que essa concertação é formada por representantes e segmentos ligados à atividade da agricultura, que agem de maneira intersetorial, coordenada, institucional e sistemática, apoiadas no movimento agribusiness. Ele explica que o propósito primordial da concertação “[...] é a ação voltada a convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental” (Pompeia, 2018, p. 44). Longe de ser heterogênea e livre de conflitos e contradições internas, a concertação política do agronegócio brasileira abrange:

¹ No original: “[...] agribusiness means the sum total of all operations involved in the manufacture and distribution of farm supplies; production operations on the farm; and the storage, processing and distribution of farm commodities and items made from them” (Davis & Goldberg, 1957, p. 2).

[...] entidades patronais da agropecuária, das indústrias de máquinas e insumos agrícolas, e daquelas das principais commodities de exportação, além de atores dos três Poderes do Estado, da academia, do mercado financeiro, de empresas de comunicação e consultoria (Pompeia, 2018, p. 44).

O antropólogo ainda destaca a importância de entender a concertação política do agronegócio numa perspectiva histórica. Por isso, devemos considerar que a concertação está em constante transformação (Pompeia, 2018). Daí a relevância de especificar a qual contexto histórico o agronegócio brasileiro pertence no corpus deste trabalho. Como os textos selecionados para a análise compreendem os anos de 2018 a 2020, é a formação mais recente descrita por Pompeia, relativa a 2018, que orientará a compreensão da concertação política do agronegócio brasileiro.

Com base nesse conceito, investigou-se a relação entre os discursos mobilizados pelo agronegócio no Brasil e os discursos difundidos pelo Estadão sobre o setor, veículo escolhido para esta pesquisa. Com isso, foi possível notar contradições, divergências e anseios existentes dentro de um grupo heterogêneo denominado agronegócio. O sentido do termo, porém, é amplo, fenômeno que favorece o agronegócio e que é identificado como **sinédoque política** por Pompeia. Isso ocorre “[...] quando se concebe uma “parte” (conjunto de agentes políticos do agronegócio) como se fosse o “todo” (amplo perímetro de funções contidas na noção de agronegócio)” (Pompeia, 2020, p. 197). Ou seja, mesmo que seja constituído por múltiplos agentes, o poder de influência dos grupos que constituem o agronegócio varia, diferenças que beneficiam alguns agentes mais que outros.

Perante a opinião pública, a sinédoque política permite que um número maior de atividades e volumes de produção sejam incluídos nas estatísticas que mensuram a produtividade e a lucratividade do setor, ao mesmo tempo em que não gera uma valorização equilibrada dos agentes da cadeia agropecuária, a exemplo dos pequenos produtores e representantes da indústria.

Aliando os conceitos de Pompeia (2018) ao pressuposto de que o jornalismo é uma instituição co-participante da construção da realidade e que, ler eventos sociais, é também uma forma de conhecimento (Meditsch, 1998), entende-se que o agronegócio pode ter seus discursos reforçados ou contestados pela imprensa. O parâmetro para a avaliação da qualidade da mediação jornalística, contudo, não reside em bases ideológicas ou econômicas e, sim, em princípios, valores e fundamentos, que,

historicamente, garantiram o espaço das instituições jornalísticas na sociedade, em especial nos contextos democráticos.

À medida que a opinião é separada da informação no jornalismo, principalmente no século XIX, surge o paradigma da objetividade, sobre o qual estão assentadas outras diretrizes que têm como objetivo principal garantir a qualidade e a credibilidade do trabalho jornalístico. Com base na objetividade, "o jornalismo se apresenta como relato livre, independente e autônomo, credível, verdadeiro, rigoroso, exato e honesto" (Henriques, 2014, pp. 74-75).

Os fundamentos ou princípios jornalísticos são interdependentes, pois para ser objetivo também é necessário que o profissional da imprensa atue de forma autônoma, independente, honesta e exata, sem a interferência de interesses pessoais ou de terceiros (Henriques, 2014). As condutas éticas interferem, portanto, na qualidade dos discursos jornalísticos. Em complemento, ao analisar o discurso de leitores, jornalistas e documentos jornalísticos, que falam sobre as responsabilidades incontornáveis na atividade, Reginato (2016) concluiu que são funcionalidade do jornalismo:

- a) informar de modo qualificado; b) investigar; c) verificar a veracidade das informações; d) interpretar e analisar a realidade; e) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; f) selecionar o que é relevante; g) registrar a história e construir memória; h) ajudar a entender o mundo contemporâneo; i) integrar e mobilizar as pessoas; j) defender o cidadão; k) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; l) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade (Reginato, 2016, p. 214).

A avaliação geral do resultado das análises do corpus levou em consideração os fundamentos do jornalismo listados por Henriques (2014) e Reginato (2016), e notou-se que algumas dessas responsabilidades deixaram de ser cumpridas, interferindo na qualidade da mediação jornalística do Estadão sobre o agronegócio em textos opinativos. Ainda que esse gênero jornalístico ofereça maior liberdade discursiva e estilística, sendo admitido e esperado que se apresente visões e interpretações não necessariamente informativas, essas características não tiram a responsabilidade de os veículos cumprirem com os princípios e finalidades do jornalismo.

Na parte opinativa, trazer a pluralidade da sociedade não significa contratar uma vitrine de opiniões, com um time de colunistas que opinam sobre diversos assuntos. O jornal deve trazer diversidade de pontos de vista, com críticas e análises qualificadas [...]. Por ser um espaço opinativo, não precisa ser reflexo da linha editorial – e o leitor sabe disso. Mas pluralidade não pode ser pretexto para que o veículo

se abstenha dos compromissos jornalísticos – como o de informar de modo qualificado (Reginato, 2016, p. 229).

Logo, é dever do jornalismo, independentemente do gênero e tipo de linguagem, fornecer leituras de realidade qualificadas, esclarecedoras e plurais, que levem em consideração a complexidade do assunto abordado e que dialoguem com o interesse público. A responsabilidade aumenta à medida que, em textos opinativos institucionais, o jornal não pode justificar seus enquadramentos com base em critérios de objetividade, como ocorre no gênero informativo. Portanto, mesmo no gênero opinativo é importante que o veículo faça leituras de mundo alicerçadas em princípios que garantem a credibilidade e qualidade do jornalismo. Mas caso propague majoritariamente opiniões favoráveis e que convergem com interesses próprios, o veículo não cumprirá na plenitude seu papel de provação e de orientação do público, deixando de apresentar pontos vista diferentes que poderiam enriquecer as reflexões.

Longe de apenas refletir a realidade, o jornalismo participa do processo de criação de representações e significados por meio de uma linguagem própria. Essa representação não é realizada unicamente pelo jornalismo, mas a compreensão desse processo é fundamental para entender as complexidades envolvidas na produção de signos e significados.

Alertados por Meditsch (2010), não podemos simplificar e empobrecer o processo de construção da realidade social e a participação do jornalismo nesse fenômeno. O autor pressupõe que “[...] a relação entre jornalismo e acontecimento se dá dentro de um processo maior de construção social da realidade e é condicionada por este processo maior que é preciso compreender previamente” (Meditesch, 2010, p. 2). De fato, o jornalismo não é o único agente produtor da realidade social, talvez nem mesmo o mais importante se comparado às leituras da realidade difundidas nas instituições familiares e escolares. Daí a necessidade de não superdimensionar o papel do jornalismo na construção social da realidade.

Porém, sabendo que o jornalismo produz sentidos que ajudam a construir e interpretar a realidade, que a atividade se constitui como forma de conhecimento particular e historicamente condicionada e que possui legitimidade para mediar, surgiu o interesse em analisar conteúdos da imprensa sobre o agronegócio brasileiro. O intuito foi entender de que forma os sentidos sobre esse conceito são construídos pela linguagem jornalística, analisando enquadramentos em textos opinativos do Estadão, conforme detalhado a seguir.

Justificativas

A partir de 2000, veículos de imprensa com abrangência nacional gradualmente aderiram, do ponto de vista político e editorial, a temas que convergiam com os pleitos do setor agropecuário (Pompeia, 2018). Jornais brasileiros da categoria *quality paper* estão entre as mídias onde o agronegócio teve e tem a oportunidade de mobilizar coberturas, seja através de conteúdos informativos ou opinativos, estes últimos manifestados na forma de editoriais, colunas de opinião e outros.

Foi em observância à presença de assuntos que envolvem o agronegócio brasileiro nos *quality papers* de abrangência nacional que surgiu o interesse de analisar sistematicamente conteúdos que fazem referência ao setor. Em específico, houve interesse em verificar quais interpretações e opiniões são mobilizadas sobre o agronegócio quando quem fala é o próprio veículo jornalístico.

O interesse em estudar o assunto também foi instigado pela experiência e proximidade da pesquisadora com o trabalho no campo, em um contexto em que famílias dependem da agricultura familiar para garantirem sua subsistência. Esta experiência empírica concedeu à pesquisadora uma familiaridade com as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores, sujeitos às frequentes variações de preços dos produtos, dependentes de serviços de terceiros para realizar o escoamento de suas produções e expostos a fatores climáticos que podem vir a gerar perdas de produtividade, como a seca ou o excesso de chuvas.

Observou-se, ainda, uma dependência crescente, dos pequenos produtores, em relação às empresas fornecedoras de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e outros químicos, utilizados no preparo e manutenção da qualidade das lavouras. Também se notou uma influência progressiva dos métodos e sistemas de produção da agropecuária intensiva, praticada por agricultores de grande e médio porte, sobre os agricultores familiares. Tal influência facilitou a introdução de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) nos sistemas de produção dos pequenos produtores, bem como a intensificação do uso de agrotóxicos e a aderência a métodos de cultivo mais agressivos para a saúde do solo e das áreas nativas no entorno das propriedades, por exemplo.

Vale reforçar que essas são inferências realizadas com base em um contexto particular, vivido pela autora deste trabalho, e a partir de observações empíricas. Por

essa razão, não é possível generalizar as afirmações anteriores e transportá-las para um contexto mais abrangente, como o brasileiro, que é o foco desta pesquisa. Porém, é inegável que as representações midiáticas sobre o agronegócio, e as jornalísticas em específico, participam do processo de formação de opiniões da população brasileira sobre a atividade. Enquadramentos que privilegiam aspectos positivos da produção de commodities, como produtividade e eficiência econômica, reforçam representações favoráveis e que convergem com os interesses dos componentes da concertação política do agronegócio (Pompeia, 2018).

Analizar a cobertura jornalística sobre o agronegócio brasileiro partiu do interesse em verificar quais os enquadramentos são usados para referenciar a atividade agropecuária praticada em larga e média escala, considerando o contraste das dinâmicas produtivas do setor em comparação com as particularidades existentes em 77% dos estabelecimentos rurais do Brasil, ocupados por agricultores familiares, e equivalentes a 23% da área agrícola total do País (IBGE, 2017).

Do ponto de vista científico, estudar o enquadramento jornalístico do agronegócio no Brasil se justifica pela contribuição dos discursos midiáticos no processo de formação da opinião pública sobre o assunto, uma vez que a imprensa é uma das instituições que realiza a mediação das experiências sociais, não apenas refletindo a realidade, mas participando de sua construção e atualização. Como forma de conhecimento, a cobertura jornalística pode fornecer pistas sobre como um determinado tema é lido e interpretado no mundo (Henriques, 2014). E por se tratar de uma instituição historicamente legitimada para mediar os debates públicos, calcada em princípios e finalidades, que remontam ao nascimento da atividade, o jornalismo é um agente social relevante para se estudar quando o objetivo é analisar processos de representação e referenciação da realidade.

Portanto, com base em justificativas teórico-metodológicas, a pesquisa é relevante para esclarecer o modo como opera o poder enunciativo dos textos opinativos produzidos pelo Estadão sobre o agronegócio brasileiro. Ademais, os editoriais do Estadão constituem um corpus de análise recorrente em pesquisas no campo da comunicação. Opiniões do veículo sobre autoridades, instituições políticas, legislações e commodities são alguns dos temas explorados, entretanto, o agronegócio em si ainda não havia ganhado atenção particular no período em que esta pesquisa foi elaborada.

Já a escolha de textos opinativos, ao invés de informativos, para o corpus de análise se relaciona diretamente com o objetivo desta pesquisa: compreender a forma

como o Estadão manifesta suas opiniões sobre o agronegócio instalado no Brasil. Pretendeu-se analisar a voz do próprio jornal, enquanto instituição detentora de influência capaz de orientar a opinião dos leitores (Armañanzas; Nocí, apud Alverne; Marques, 2015). É em textos opinativos institucionais que se tem acesso às manifestações explícitas de ideias que compactuam com os valores de uma empresa jornalística (Beltrão, 1980). Ao analisar os enquadramentos usados pelo jornal Estadão, em editoriais e colunas autorais, foi possível compreender quais as orientações interpretativas adotadas pelo veículo quando o assunto central é o agronegócio brasileiro.

Problema e hipóteses de pesquisa

Em observação à recorrência de temas ligados ao agronegócio na imprensa, surgiu o interesse de averiguar como tem sido feito o enquadramento jornalístico do assunto em anos mais recentes. Para afunilar a pesquisa, definiu-se como objetivo analisar os enquadramentos jornalísticos usados por um veículo de referência no Brasil, o Estadão, e em textos que expressam diretamente posicionamentos do veículo, ou seja, em textos opinativos.

A questão que orientou a pesquisa foi: como o Estadão enquadra o agronegócio brasileiro nos seus textos opinativos autorais? As hipóteses que levaram a essa indagação foram: os enquadramentos mobilizados pelo Estadão em textos opinativos próprios salientam interpretações e aspectos que reforçam os interesses e a imagem positiva do agronegócio; e que o setor não costuma ser enquadrado como um problema, considerando a metodologia de Entman (1993), mas como uma solução para fatores adversos ao desenvolvimento econômico do Brasil.

A partir da pergunta central e das hipóteses, foram traçados objetivos específicos para encontrar respostas, sendo eles: identificar na literatura científica os fundamentos da atividade jornalística e do conceito de enquadramento aplicado à comunicação; compreender aspectos do agronegócio brasileiro e investigar as convergências deste setor com a linha editorial do Estadão; analisar no *corpus* selecionado as quatro funções de enquadramento de Entman (1993) - problemas, causas, julgamentos morais e soluções; criar categorias para classificar os enquadramentos predominantes e identificar os segmentos dos quadros conforme metodologia de Porto (2004); identificar e contabilizar as fontes citadas pelo Estadão no *corpus*; mapear os produtos agropecuários citados pelo Estadão para compreender

o que o veículo entende por agronegócio; e verificar as hipóteses que instigaram esta pesquisa, para saber se seriam confirmadas totalmente, parcialmente ou contestadas.

A escolha do enfoque desta pesquisa foi feita com base na percepção da recorrência do agronegócio em textos jornalísticos de veículos tradicionais, como o Estadão; a inquietação com possíveis controvérsias e conflitos entre os fundamentos do jornalismo assumidos pelo veículo e os interesses do agronegócio; a proximidade e experiência de uma das autoras deste artigo com o trabalho no campo em produções de pequena escala, ou seja, de agricultura familiar; e pela compreensão de que o estudo dos enquadramentos auxilia na identificação de marcas de construção dos discursos jornalísticos, pesquisas essas fundamentais para entender como o jornalismo participa da formação da opinião pública e que, a depender das escolhas realizadas, o veículo pode enriquecer ou enfraquecer os debates de interesse comum.

A compreensão do potencial da identificação de enquadramentos para evidenciar marcas de construção de discursos jornalísticos orientou a escolha metodológica desta pesquisa, uma vez que a intenção foi entender como o Estadão participa desse processo construtivo quando o assunto é o agronegócio brasileiro. Já a seleção de textos opinativos para constituir o corpus se deu pela necessidade de responder à questão central formulada. Por fim, a escolha do Estadão foi instigada pelo histórico do veículo, que, desde a sua fundação, esteve alinhado a pautas liberais e consonantes com os anseios das elites do setor agropecuário (Guilherme, 2018).

A seguir, estão detalhados os procedimentos metodológicos empregados, as análises realizadas e os resultados obtidos, os quais levaram a uma série de conclusões sobre a forma como o Estadão aborda o agronegócio brasileiro no corpus em questão.

Corpus e metodologia

Esta pesquisa buscou entender como o Estadão enquadrou o agronegócio brasileiro em textos opinativos que abordaram diretamente o assunto. Para isso, foram selecionados textos opinativos do Estadão com menção a assuntos atrelados ao agronegócio brasileiro publicados no site do veículo entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020.

Com o auxílio de uma ferramenta de busca do próprio site foram encontrados 119 textos na editoria “Opinião”, dentro dos assuntos “Agronegócio”, “Agropecuária”, “Agricultura” e “Exportação” no período delimitado. Para reduzir a amostra, e evitar a

seleção de publicações com pouca ou nenhuma relação com o agronegócio brasileiro, foram selecionados apenas textos que mencionaram "agronegócio", "agro", "agropecuária" ou "agricultura" em seus títulos. Assim foi possível chegar a uma amostra de 31 publicações.

Os 31 textos opinativos foram analisados um a um tendo como base a metodologia de enquadramentos, conceito apropriado e desenvolvido por Robert Entman (1993) no campo da comunicação, mais especificamente no jornalismo. Para o pesquisador, enquadrar consiste em dar saliência a determinadas informações e opiniões em detrimento de outras. "Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo" (Entman, 1993, p. 52, tradução nossa). A partir desse entendimento o autor cunhou quatro variáveis para tornar possível a aplicação do conceito teórico em análises qualitativas de corpus jornalísticos, as quais chamou de funções de enquadramento. As quatro variáveis são a definição de **problemas**, o diagnóstico de **causas**, a realização de **julgamentos morais** e a apresentação de **soluções**. De acordo com Entman,

Os quadros, então, definem problemas – determinam o que um agente causal está fazendo com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns; diagnosticam causas – identificam as forças que criam o problema; fazem julgamentos morais – avaliam agentes causais e seus efeitos; e sugerem soluções – oferecem e justificam tratamentos para os problemas e preveem seus efeitos prováveis (Entman, 1993, p. 52, grifos do autor, tradução nossa).

Entman alerta que as quatro variáveis nem sempre serão encontradas em um texto jornalístico, mas isso não invalida a metodologia. E nesta pesquisa as funções de enquadramento não foram identificadas com facilidade em todas as publicações devido à sobreposição de quadros, o que exigiu um olhar mais apurado nas ênfases, ou seja, nos assuntos principais. Com esse cuidado, foram mapeadas e organizadas em tabelas as funções de enquadramento no corpus coletado. Para cada texto foi criada uma tabela.

Em complemento às funções de enquadramento, foram levadas em consideração as contribuições de Mauro Porto (2004) no campo dos estudos dos enquadramentos jornalísticos. Antes de dar início a uma análise, o autor aponta para a necessidade de distinguir enquadramentos noticiosos e interpretativos. Esta pesquisa diz respeito a textos opinativos, portanto, concluiu-se que os enquadramentos

analisados no corpus correspondem ao nível interpretativo, embora também tenham sido encontrados quadros noticiosos em menor destaque.

Após isso, o pesquisador recomenda que se encontrem “as principais controvérsias e os enquadramentos a elas relacionados” (Porto, 2004, p. 93). Nesta fase, nos debruçamos sobre as interpretações feitas pelo Estadão sobre temas atrelados ao agronegócio praticado no Brasil e localizamos as interpretações que predominaram na esfera de disputa de sentidos. Para operacionalizar melhor esta etapa, houve um processo de mapeamento dos atores sociais citados nos textos analisados, ou seja, as fontes. O intuito foi gerar insumos para verificar se houve predominância de uso de fontes vinculadas ou não à concertação política do agronegócio.

A terceira fase da metodologia proposta por Porto orienta que se criem categorias de análise para garantir uma pesquisa menos subjetiva e mais científica. Segundo o autor, é recomendado “[...] adotar categorias de classificação sistemáticas e protocolos para a codificação do conteúdo da mídia” (Porto, 2004, p. 96). Após uma leitura flutuante do corpus foram estabelecidas três categorias para esta pesquisa: (1) Relevância Econômica e Social, (2) Vitimização e (3) Personificação do Problema.

A primeira categoria agrupa textos opinativos cujo foco são os resultados e benefícios do agronegócio para a economia e sociedade brasileiras. A segunda compreende publicações nas quais o mote central são os problemas que afetam a atividade agropecuária, onde o setor agro é considerado uma vítima. A terceira categoria diz respeito a editoriais ou colunas cujos assuntos principais elencados sempre convergem para um personagem, como figuras públicas.

A variável dos julgamentos morais de Entman (1993) serviu de parâmetro para a classificação do corpus nas categorias formuladas, pois das quatro funções de enquadramento a avaliação moral é a que possibilita identificar com mais clareza se prevalecem interpretações divergentes ou que reforçam um posicionamento com o qual o veículo tem afinidade. Nesta fase de classificação dos textos em categorias também foram consideradas as fontes citadas e a menção de produtos da cadeia agropecuária, visto que commodities tendem a ser mais associadas à atividade agropecuária.

Além dessas etapas, Porto (2004) alerta sobre a tendência de pesquisadores localizarem enquadramentos homogêneos ao descartarem as contradições que podem vir à tona dentro de um texto. Por essa razão o pesquisador propõe o uso de uma classificação por segmentos que permite identificar enquadramentos variados.

São três os segmentos propostos: **restritos**, os **plurais** e os **episódicos**. Os restritos “[...] incluem um único enquadramento interpretativo sobre um evento ou tema político” (Porto, 2004, p. 96). Já os plurais “[...] incluem mais de um enquadramento”, sendo subdivididos em “plurais-fechados” e “plurais-abertos” (Porto, 2004, p. 96). Nos plurais-fechados um enquadramento predomina, e nos plurais-abertos os diferentes enquadramentos têm igual peso. Por fim, os segmentos episódicos são aqueles que “[...] não incluem enquadramentos interpretativos, adotando um estilo mais descriptivo de reportagem” (Porto, 2004, p. 97).

Ainda que textos jornalísticos pertencentes a um mesmo gênero, como os opinativos, ou a um formato em específico, a exemplo do editorial, apresentem estruturas semelhantes, a ordem das informações e das conexões tecidas não segue um padrão. Esse dinamismo garante a liberdade criativa para quem escreve. E devido a esse dinamismo, a identificação das funções de enquadramento, categorias, fontes, segmentos e demais informações relevantes não seguiu uma ordem rígida durante a análise do corpus. Foi somente na etapa de compilação dos elementos encontrados em cada um dos 31 textos analisados que se adotou uma ordem de apresentação para facilitar a compreensão dos resultados expostos no tópico a seguir.

Por decisão das autoras, e com base na metodologia de outros estudos de enquadramentos jornalísticos, também foram mapeadas as fontes e os produtos agropecuários citados em cada um dos textos da amostra. Em relação às fontes, foram consideradas tanto as citações diretas, quando houve uso de aspas, quanto as indiretas, sem uso de aspas. Porém, considerou-se fonte somente as entidades e indivíduos mencionados quando o Estadão as usou para expor uma informação ou fundamentar uma opinião. No que tange aos produtos, foram feitos agrupamentos de acordo com a recorrência de cada item para identificar quantas vezes cada um foi citado. Tanto o mapeamento das fontes, quanto dos produtos, teve o objetivo de entender melhor o que o Estadão entende por agronegócio, já que são referências que auxiliam o veículo jornalístico a definir a atividade para o seu público.

Resultados encontrados

Após analisar a amostra de 31 textos opinativos sobre o agronegócio brasileiro, publicados entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020, no site de notícias Estadão, constatou-se que em 20 (64,5%) das publicações predominaram enquadramentos do tipo Relevância Econômica e Social. Isso significa que mais da metade dos textos

enfatizou resultados econômicos e sociais do agronegócio brasileiro, reforçando enquadramentos interpretativos favoráveis ao setor produtivo.

Em 9 dos textos (29%) predominou o enquadramento de Vitimização, situações em que o agronegócio foi apresentado como vítima de problemas provocados por agentes ou circunstâncias consideradas externas ao setor. Nesses casos, a responsabilidade por problemas enxergados como prejudiciais ao desenvolvimento do agronegócio foi atribuída a atores governamentais, parceiros comerciais no exterior, a fatores climáticos ou a variações econômicas, estas frequentemente atribuídas à pandemia.

Apenas em 2 textos (6,5%) houve predomínio de enquadramento do tipo Personificação do Problema, casos em que a variável dos problemas foi atribuída a um indivíduo. Em um dos textos, as ameaças ao agronegócio foram centradas na deputada federal e ex-ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tereza Cristina, e em outro no então presidente da República, Jair Bolsonaro (PL). Porém, no texto que personifica os problemas na ex-ministra, as dificuldades são elencadas a partir de contextos hipotéticos. Com frequência, foi identificado mais de um tipo de enquadramento nos textos, mas para fins de sistematização, optou-se por identificar os mais salientes.

Gráfico 1 - Enquadramentos predominantes (2018, 2019 e 2020)

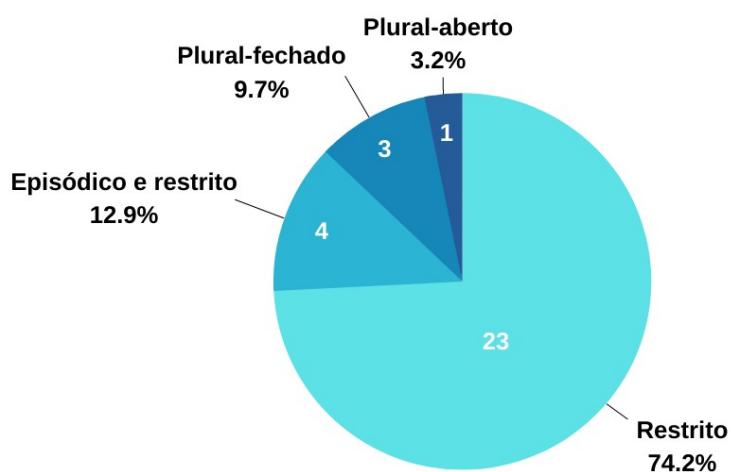


Fonte: elaborado pelas autoras.

Os enquadramentos também foram analisados de acordo com a classificação por segmentos proposta por Porto (2004), a saber: restrito; plural (fechado ou aberto);

e episódico. Do total de 31 publicações, em 20 (74,2%) prevaleceram enquadramentos fechados, situações em que foi expresso apenas um viés interpretativo sobre os assuntos tratados. Em seguida, vêm as combinações dos segmentos restrito e episódico, identificadas em quatro textos da amostra (12,9%). Isso ocorreu porque houve uma mescla de discursos descritivos e argumentativos/opinativos, ou seja, quando se relatam fatos e dados como ponto de partida ou justificativa de um argumento, por exemplo. Outros quatro textos (12,9%) apresentaram segmentos plurais, sendo três (9,7%) predominantemente do tipo plural-fechado e um (3,2%) plural-aberto. Nos plurais-abertos a opinião do veículo noticioso prevaleceu sobre a de terceiros, e no plural-aberto houve opiniões divergentes apresentadas com peso persuasivo semelhante.

Gráfico 2 - Segmentos predominantes (2018, 2019 e 2020)

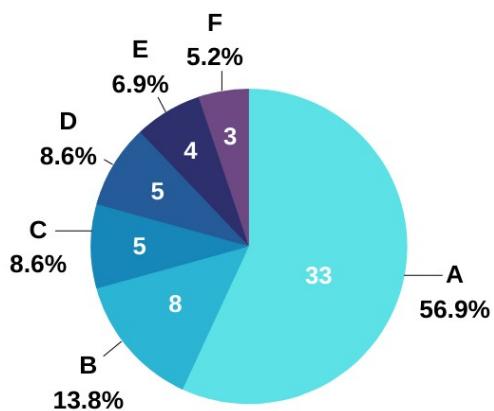


Fonte: elaborado pelas autoras.

Além dos enquadramentos, foram mapeadas as fontes citadas na amostra, pois elas são um elemento chave na construção de textos jornalísticos, inclusive opinativos. Portanto, a maioria das fontes citadas (56,9%) foram de instituições oficiais, vinculadas ao Governo Federal, mais especificamente, ao agronegócio. O Mapa foi a instituição mais recorrente nas citações indiretas, ou seja, quando não houve uso de aspas. Em seguida, mas com menor presença (13,8%), estão as organizações ou instituições estrangeiras com algum tipo de relacionamento com o agronegócio brasileiro, a exemplo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Depois, com 8,6% de recorrência, foram mapeadas as fontes científicas, desde pesquisadores a estudos, e também com 8,6% de presença as fontes midiáticas,

situações em que o jornal citou produtos da empresa de comunicação da qual faz parte. Associações e entidades sindicais patronais ligadas ao agronegócio brasileiro foram mencionadas com menor frequência (6,9%), e fontes do setor privado só apareceram com 5,2% de recorrência.

Gráfico 3 - Fontes citadas (2018, 2019 e 2020)²



- A) Instituições e empresas públicas vinculadas ao agronegócio
- B) Organizações/instituições internacionais ou estrangeiras
- C) Científicas/acadêmicas
- D) Mídia (Estadão)
- E) Associações e entidades sindicais patronais do agronegócio
- F) Empresas privadas

Fonte: elaborado pelas autoras.

Para uma melhor compreensão do agronegócio abordado nas publicações, também foram mapeados os produtos citados, como parte integrante da cadeia produtiva da agropecuária. Em ordem de maior para menor recorrência foram citadas as carnes (bovinas, suínas, de frango e de peixe), soja, milho, algodão, frutas (laranja, uva, melão, mamão, açaí, banana e manga), outros (cebola, mamona, mandioca, sorgo, girassol e café)³, produtos florestais (como eucalipto e celulose) ou nativos, arroz, feijão, lácteos, trigo, biocombustíveis, cana-de-açúcar e derivados, batata-inglesa, amendoim, ovos e tomate. Embora não tenham sido contabilizados, vale

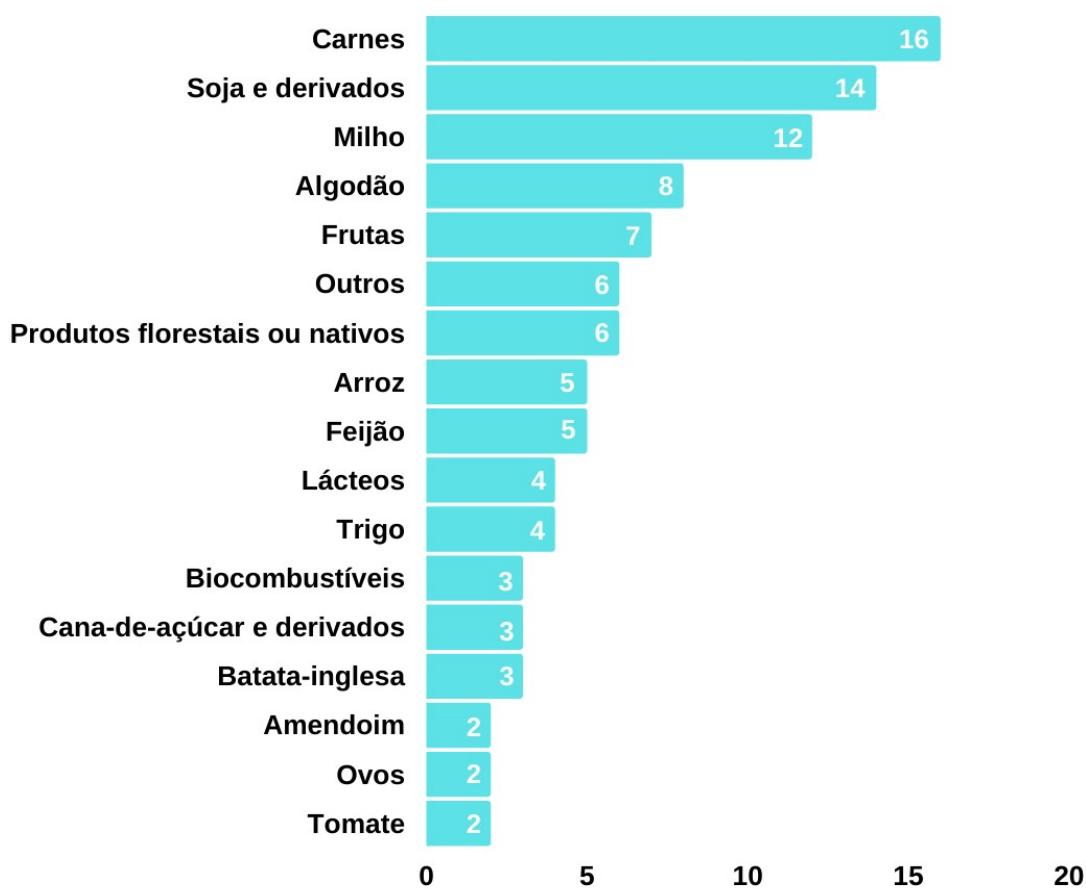
² Para conferir cada uma das fontes citadas, consultar a tabela disponível nas páginas 88 e 89 da pesquisa “O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM CENA: análise de enquadramentos jornalísticos em textos opinativos do Estadão” (2022).

³ O agrupamento foi feito pelo fato de cada um dos produtos ter sido citado apenas uma vez, tal como no conjunto “Frutas”, com a diferença de que neste último grupo foi levado em consideração um fator de classificação adicional, o de alimentos classificados como frutas.

pontuar que nas publicações também foram citados insumos agropecuários, como agrotóxicos, fertilizantes e sementes.

Nota-se que as menções às commodities, destinadas à exportação, se sobressaíram em comparação com outros produtos, referenciando o agronegócio como uma atividade produtiva realizada em larga escala e com envolvimento do comércio exterior. Abaixo, visualize a frequência de citação de cada produto.

Gráfico 4 - Menção de produtos agropecuários (2018, 2019 e 2020)



Fonte: elaborado pelas autoras.

Em relação às funções de enquadramento, um dos principais **problemas** citados como entraves ao agronegócio brasileiro foram as políticas adotadas pela máquina pública a nível federal, nos períodos em que o Governo Executivo foi ocupado por Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), Michel Temer e Jair Bolsonaro, com ênfase neste último, dado o recorte temporal desta análise.

Dos 31 textos analisados, condutas ou ações hipotéticas de representantes e instituições do Poder Público foram criticadas em 19 textos (58,9%), algumas vezes

com maior ênfase e outras em segundo plano. O tabelamento do valor de fretes, prática adotada no governo de Michel Temer e que elevou os custos da produção agropecuária, foi citado em cinco textos (16,1%). Já os prejuízos causados pela precariedade de investimentos na infraestrutura brasileira ao escoamento da produção agropecuária foram citados em seis textos (19,3%). Outros temas recorrentes, citados em cinco textos (16,1%), foram as formalidades burocráticas e as políticas e visões ambientais de países estrangeiros em relação ao Brasil, encaradas como protecionismo nas publicações. Ao mesmo tempo, houve críticas à política antiambiental de Jair Bolsonaro em nove textos (29%). Problemas que apareceram com menor frequência foram dinâmicas do mercado como inflação e redução de vendas ou consumo, baixo desempenho de outros setores produtivos no Brasil em comparação ao agronegócio, mudanças climáticas e a pandemia de Covid-19.

As **causas** de problemas nocivos ao agronegócio mais apontados foram as políticas diplomáticas e antiambientais adotadas pelo Governo Executivo, quando ocupado por Jair Bolsonaro; formalidades praticadas por países importadores de commodities; greves de transportadores rodoviários; ineficiência de gestão por parte de representantes e órgãos do Poder Público, principalmente na área da infraestrutura; incertezas sobre a política no futuro; e fatores não controlados pelo agronegócio, como queda em preços, vendas e exportações de produtos.

Nos **julgamentos morais**, o herói mais citado foi o próprio agronegócio, elogiado por sua desenvoltura em 27 textos (87%). O Mapa foi enquadrado positivamente em três publicações (9,6%). Políticas ambientais consideradas sérias e sistemas produtivos sustentáveis foram elogiados em quatro textos (12,9%). Parceiros comerciais do agronegócio brasileiro que não europeus foram avaliados positivamente em três publicações (9,6%). A ex-ministra Tereza Cristina obteve enquadramentos favoráveis em dois textos (6,4%). Empresários agrícolas obtiveram julgamentos morais favoráveis em um texto (3,2%).

O vilão mais citado nas avaliações morais foi o ex-presidente Jair Bolsonaro, criticado diretamente em nove publicações (29%) e indiretamente em dois deles (6,4%); em complemento, também foram avaliadas negativamente as condutas dos ex-ministros Paulo Guedes, Ernesto Araújo e Marcos Pontes (todos uma vez, ou 3,2%) e Ricardo Salles (em duas publicações, ou 6,4%). Já o governo de Temer foi criticado em duas publicações (6,4%) e o de Lula em uma (3,2%). A ex-ministra Tereza Cristina

não obteve enquadramentos positivos em somente um texto (3,2%), mas com base em cenários hipotéticos, que dependeriam de suas condutas futuras.

Em nível internacional, o ex-presidente norte-americano Donald Trump foi julgado em duas publicações (6,4%), e as políticas de produtores agropecuários estrangeiros em seis deles (19,3%). Em paralelo, em seis textos (19,3%) foram desaprovadas reações protecionistas e argumentos ambientalistas considerados equivocados, tendo um deles citado a ativista Greta Thunberg. Em comparação, o dematamento ilegal só foi citado e condenado em uma única publicação (3,2%).

O tabelamento do frete e atores envolvidos na provação da política receberam avaliações morais negativas em seis publicações (19,3%). O desempenho de outros setores produtivos do país, que não o agronegócio, foi mal avaliado em quatro textos (12,9%). A infraestrutura de transporte também foi reprovada em quatro situações (12,9%). Por fim, formalidades burocráticas foram desaprovadas em dois textos (6,4%), e o comércio com a China em um (3,2%), porém enaltecido em outros.

No que diz respeito às proposições de **soluções**, o agronegócio foi apontado como a chave para o sucesso de algum fator favorável em 17 publicações (54,8%) do Estadão. Já situações que demandariam atitudes de órgãos ou representantes do Poder Público e de agentes financeiros foram apontadas como soluções em 12 textos (38,7%). Em duas publicações não ficou claro quais agentes seriam a solução. Compradores das commodities do agronegócio brasileiro foram apontados como responsáveis pela amenização de um problema em uma publicação (3,2%), e produtores rurais, universidades e institutos de pesquisa em outra (3,2%). Logo, a grande maioria das soluções foi atrelada a agentes da concertação política do agronegócio, incluindo desde os produtores aos atores da política brasileira. Em contraste, ainda que o Poder Público tenha sido criticado com frequência, isso aconteceu em somente um texto (3,2%) com o agronegócio, e ainda assim considerando apenas uma parcela do setor, ou seja, aquele que pratica o desmatamento ilegal.

Abaixo, segue a análise das funções de enquadramento de um dos textos do Estadão analisados, a fim de dar transparência e exemplificar como se deu a identificação e categorização dos elementos.

Tabela 1 - Exemplo de categorização por função de enquadramento

Funções de enquadramento no editorial “Tabela ameaça o agro e o País”, publicado em 16/09/2018

Funções	Elementos
A) Problema	O desempenho comercial do agronegócio é um componente fundamental da barreira contra choques externos. O governo esqueceu fatos como esse, ao propor a criação de uma tabela oficial de fretes, fonte de danos sérios ao agronegócio e à indústria.
B) Causa	<i>Danos ao agronegócio e à indústria:</i> criação do cartel de caminhões por iniciativa do governo.
C) Julgamento moral	<ul style="list-style-type: none"> ● Agronegócio brasileiro: setor mais competitivo da economia brasileira; bom desempenho; deverá proporcionar uma preciosa segurança ao novo presidente [Bolsonaro]; compensou o déficit comercial de outros setores; componente fundamental da barreira contra choques externos. ● Governo: comprometeu o custo razoável de transporte pela criação do cartel dos caminhões; esqueceu fatos como esse [que o agronegócio é uma barreira contra choques externos]. ● Cartel do transporte: continua prejudicando a produção e a movimentação de mercadorias e [...] a segurança gerada pelas exportações.
D) Proposição de solução	O agronegócio promete mais um ano de bom desempenho, a julgar pelo crédito contratado nos dois primeiros meses do Plano Agrícola e Pecuário 2018-2018.

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de: <https://bit.ly/3p9y8LF>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Portanto, numa perspectiva macro, a análise do corpus desta pesquisa se deu em cinco etapas complementares: 1) análise qualitativa das funções de enquadramento, considerando as variáveis problema, causas, julgamentos morais e soluções; 2) identificação de enquadramentos predominantes com base nas categorias Relevância Econômica e Social, Vitimização e Personificação do Problema; 3) classificação dos quadros interpretativos por segmentos restrito, plural (fechado ou aberto) ou episódico; 4) mapeamento, contagem e categorização de fontes; 5) e mapeamento, contagem e agrupamento de menções de produtos agropecuários. Após a compilação dos resultados e impressões averiguados, foi possível fazer um conjunto de inferências sobre o modo como o Estadão enquadrou o agronegócio brasileiro em textos opinativos veiculados entre 2018 e 2020. As principais percepções estão expostas nas considerações que seguem.

Considerações finais

Dada a prevalência de textos da categoria Relevância Social Econômica e Vitimização, constatou-se ênfase em aspectos econômicos, frequentemente positivos, do agronegócio brasileiro e em problemas considerados externos ao setor. Na amostra

analisada, o Estadão privilegiou enquadramentos que situam o agronegócio como uma atividade essencial para a segurança financeira e alimentar do Brasil, ao mesmo tempo em que foi enquadrado como uma vítima de atos do Governo Federal, de políticas exteriores e de contextos de crise.

Ao privilegiar segmentos restritos, prevaleceram opiniões emitidas pelo próprio veículo sobre o agronegócio no Brasil. Porém, essa constatação deriva do fato de textos do gênero jornalístico opinativo funcionarem como um espaço para o posicionamento de quem enuncia, nesse caso, do Estadão. Ainda assim, o fato de serem porta-vozes não exime as empresas jornalísticas do cumprimento das finalidades e princípios universais do jornalismo, uma atividade consagrada pelo seu compromisso com a verdade, honestidade, clareza, autonomia, exatidão e interesse público. Logo, ao privilegiar interpretações favoráveis aos interesses dos atores da concertação política do agronegócio, o Estadão não cumpriu com todos os seus deveres jornalísticos, deixando a desejar, principalmente, nos quesitos de autonomia, objetividade e interesse público.

Quanto às fontes, identificou-se maior recorrência das oficiais. Outras fontes que possuem participação direta ou indireta em articulações de interesse da concertação política do agronegócio também apareceram. Constatou-se que essas fontes foram utilizadas como fundamentos para os quadros interpretativos mobilizados pelo Estadão, corroborando os pontos de vista do veículo. Essa observação é confirmada pelo número reduzido de enquadramentos plurais detectados nos textos, ou seja, pela prevalência de opiniões consonantes.

Por fim, com o mapeamento dos produtos agropecuários mencionados na amostra, verificou-se prevalência de *commodities* destinadas, principalmente, à exportação. Carnes, soja e milho foram os produtos mais citados. Logo, foi reforçada a compreensão do agronegócio brasileiro como o celeiro do mundo.

A partir das análises realizadas, foi confirmada a hipótese de que o Estadão deu saliência a enquadramentos que favoreceram a imagem do agronegócio brasileiro, entretanto, não com totalidade, pois os discursos não privilegiaram os interesses de todos os atores da concertação política do agronegócio e ouve críticas a alguns, como aos três poderes do Estado. Também foi alvo de críticas o setor de transporte rodoviário brasileiro, que participa da função a jusante do agronegócio, quanto este passou a cobrar preços maiores por seus serviços à época do tabelamento do frete. E os resultados econômicos de outros setores, que não o primário, como a indústria - que fornece insumos e equipamentos para o agronegócio - foram julgados negativos

em comparação com os do agronegócio. Já a hipótese de que o setor não é enquadrado como um problema na amostra pesquisada, e sim como solução, foi corroborada integralmente.

As possíveis consequências dos resultados encontrados são o empobrecimento das reflexões jornalísticas sobre o agronegócio e o mau aproveitamento do potencial provocativo e esclarecedor inerente ao gênero jornalístico opinativo. As possíveis causas das tendências observadas são a relação histórica e cultural próxima do Estadão com os interesses da elite rural no Brasil, além da dependência de receitas publicitárias provenientes de empresas ligadas ao setor agropecuário, da naturalização de abordagens que referenciam o agronegócio como sinônimo de progresso e do desejo de preservar a tradição editorial do jornal.

Os resultados desta pesquisa confirmam tendências verificadas em trabalhos anteriores, mas possui o mérito de se debruçar sobre o discurso jornalístico referente ao agronegócio de maneira mais abrangente e em âmbito nacional, conciliado a um recorte específico do *corpus*, constituído por publicações institucionais do Estadão pertencentes ao gênero jornalístico opinativo. Este trabalho pode fornecer novas pistas sobre o status atual dos discursos usados para referenciar o agronegócio na imprensa, tendo em vista que, a cada novo governo, e com a chegada de novos fatores considerados adversos, como a pandemia de Covid-19 e mudanças nas políticas comerciais de outros países, as preocupações da concertação política do agronegócio mudam, interferindo no agenciamento do assunto na imprensa e, consequentemente, na opinião pública.

Em relação aos objetivos da pesquisa, pode-se afirmar que foram cumpridos, pois encontraram-se informações, se não fartas, ao menos satisfatórias para orientar os rumos da pesquisa e embasar as reflexões pretendidas. Há vasta literatura sobre os fundamentos do jornalismo e o conceito de enquadramento, e para este último há variedade tanto de trabalhos teóricos quanto práticos. O conceito de agronegócio também é bem documentado, principalmente na literatura norte-americana. A história do Estadão também foi satisfatoriamente registrada por diferentes pesquisadores, assim como a do gênero jornalístico opinativo. Já a formação política do agronegócio no Brasil foi densamente explorada pelo antropólogo Caio Pompeia (2018), mas notou-se que, nos estudos de jornalismo, esse viés de pesquisa ainda é pouco investigado. Têm mais espaço pesquisas sobre produtos de *commodities* de forma isolada, como a soja e os OGMs, e com foco em contextos regionais.

Os objetivos práticos também foram cumpridos. Consegiu-se analisar sistematicamente as quatro funções de enquadramento de Entman (1993) no *corpus* selecionado, embora nem sempre todas estivessem presentes em uma única publicação; definir categorias para mensurar a natureza dos enquadramentos predominantes; mapear as fontes citadas na amostra; averiguar quais produtos da cadeia agropecuária foram mencionados para referenciar o agronegócio; e, por fim, verificar as hipóteses deste trabalho.

Referências

- Alverne, C., & Marques, F. (2015). A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 12(1), 121–137.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n1p121>
- Araújo, N. B. de, Wedekin, I., & Pinazza, L. A. (1990). *Complexo agroindustrial: O “Agribusiness” Brasileiro*. São Paulo: AGROCERES.
- Davis, J. H., & Goldberg, R. A. (1957). *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard Business School Press.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Estadão. (2021). Agronegócio. Disponível em <https://bit.ly/3CpGQLS> (Acesso em 10 de novembro de 2021).
- Guilherme, C. A. S. A. (2018). A imprensa como ator político-ideológico: O caso do jornal O Estado de S. Paulo. *Dimensões*, 1(40), 199–223.
<https://doi.org/10.23871/dimensoes-n40-17905>
- Henriques, R. P. (2014). *Linguagem, verdade e conhecimento: Uma análise epistemológica do jornalismo a partir de duas perspectivas semióticas* (pp. 1–138). EDUFES. <https://edufes.ufes.br/items/show/334>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Censo Agro 2017*. Disponível em <https://bit.ly/3sAGsXH> (Acesso em 1 de março de 2022).
- Meditsch, E. (2010). Jornalismo e construção social do acontecimento. In M. Benetti & V. P. da S. Fonseca (Orgs.), *Jornalismo e acontecimento: Mapeamentos críticos* (pp. 19–42). Insular.
- Meditsch, E. (1998). Jornalismo como forma de conhecimento. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 21(1), 25–38.
<https://doi.org/10.1590/rbcc.v21i1.956>
- Ott, S. (2022). *O agronegócio brasileiro em cena: Análise de enquadramentos jornalísticos em textos opinativos do Estadão* (pp. 1–176).
- Pompeia, C. (2018). *Formação política do agronegócio* (pp. 1–352).
- Porto, M. (2004). Enquadramentos da mídia e política. In A. A. C. Rubim (Org.), *Comunicação e política: Conceitos e abordagens* (pp. 73–104).
- Reginato, G. D. (2016). *As finalidades do jornalismo: O que dizem veículos, jornalistas e leitores* (pp. 1–260).

ABSTRACT:

This paper analyzes the news frame of 31 opinion texts authored by Estadão regarding Brazilian agribusiness, published between January 2018 and December 2020. The methodology used involved the four framing functions proposed by Entman (1993) and the framing segments according to Porto's classification (2004), supplemented by the analysis of cited sources and agricultural products. The hypotheses were that, within the corpus, Estadão gave prominence and emphasis to framings that favored the image and interests of agribusiness, and that the sector was not characterized as a problem within the framing functions, but rather as a solution. The first hypothesis was confirmed with some reservations, and the second hypothesis was fully confirmed.

KEYWORDS: Agribusiness; Media Framing; Opinion Journalism; Estadão.

RESUMEN:

Este artículo analiza los encuadres noticiosos de 31 textos de opinión escritos por Estadão sobre el agronegocio brasileño, publicados entre enero de 2018 y diciembre de 2020. La metodología utilizada se basó en las cuatro funciones de encuadre propuestas por Entman (1993) y en los segmentos de encuadre según la clasificación de Porto (2004), complementada con el análisis de las fuentes y productos agropecuarios mencionados. Se partió de las hipótesis de que, en el corpus, Estadão otorgó prominencia y énfasis a los encuadres que favorecen la imagen y los intereses del agronegocio; y que el sector no fue caracterizado como un problema en el ámbito de las funciones de encuadre, sino como una solución. La primera hipótesis fue confirmada con algunas reservas, y la segunda fue confirmada en su totalidad.

PALABRAS CLAVE: Agronegocio; Encuadres Noticiosos; Periodismo Obstinado; Estadão.